

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

GIONEI CARLOS NEIS

**A RESSIGNIFICAÇÃO DO PAPEL POLÍTICO DO EXÉRCITO NO
BRASIL CONTEMPORÂNEO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

São Borja

2013

GIONEI CARLOS NEIS

**A RESSIGNIFICAÇÃO DO PAPEL POLÍTICO DO EXÉRCITO NO
BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política.

Orientador: Prof. Me. Thiago Sampaio

São Borja

2013

GIONEI CARLOS NEIS

**A RESSIGNIFICAÇÃO DO PAPEL POLÍTICO DO EXÉRCITO NO
BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 21 de maio de 2013

Banca examinadora:

Prof. Me. Thiago Sampaio
Orientador

Prof. Hamilton Lima Souza
Ciências Sociais – Ciência Política – UNIPAMPA

Prof.^a Me. Lauren Lacerda Nunes
Ciências Sociais – Ciência Política – UNIPAMPA

Dedico este trabalho a vocês que sempre me fizeram acreditar na realização dos meus sonhos e trabalharam muito para que eu pudesse realizá-los, meus pais, Marlene e Vidal, meus irmãos, Cleides, Solange, Genésio, Rosane e Cliziane.

A você Brenda, companheira no amor, na vida e nos sonhos, que sempre me apoiou nas horas difíceis e compartilhou comigo as alegrias.

AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

Aos meus pais, irmãos, minha companheira Brenda e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, em especial ao Prof. Me. Thiago Sampaio, responsável pela realização deste trabalho e o Prof. Dr. Geder Parzianello responsável por grande contribuição na definição do tema.

A todos os colegas de curso pelo convívio e pelos momentos de amizade.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente contribuíram para a concretização dessa etapa da minha vida.

RESUMO

Este trabalho refere-se ao significado do papel político do Exército no pós-ditadura, mais especificamente, à manifestação do poder na instituição, em uma comparação entre o período em que o Exército se encontrava no governo, ou seja, no período ditatorial, e no pós 1985, quando há a passagem para a redemocratização. Busca entender as estruturas que dão sustentação ao sistema militar e como o poder se desencadeia no momento de inserção na arena decisória e na redemocratização tendo por base para tal análise a teoria do poder de Luhmann. O estudo, portanto, analisa como o Exército construiu as relações de poder, ou seja, a significação do papel político, no primeiro momento, isto é, durante o regime ditatorial, e no período subsequente marcado pela redemocratização. Além disso, busca na teoria de Luhmann o suporte para a confirmação da hipótese de que o papel político apresentado pela instituição apresenta um novo significado na democracia. Para Luhmann o poder precisa se renovar constantemente sob pena de ruir e percebemos que o Exército procura se readaptar conforme as transformações no seu meio ambiente.

Palavras-chave: Exército. Poder. Ditadura. Democracia.

ABSTRACT

This work refers to the meaning of the political role of the army in the post-dictatorship, more specifically, to the manifestation of power in the institution, in a comparison between the time that the Army was in the government, ie, the dictatorial period, and post in 1985, when there is a transition to democracy. Seeks to understand the structures that support the military system and how the power is unleashed upon insertion in the decision-making arena and democracy based on such analysis to the theory of the power of Luhmann. The study therefore gives and analyzes how the Army constructed power relations, ie, the meaning of political power, at first, that is, during the dictatorial regime, and in the subsequent period marked by democratization. Also, search in Luhmann's theory support for the confirmation of the hypothesis that the political role presented by the institution has a new meaning in democracy. For Luhmann power needs to renew itself constantly under threat of collapse and realize that the Army seeks to readjust according to changes in their environment.

Keywords: Army. Power. Dictatorship. Democracy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. O PODER EM NIKLAS LUHMANN.....	11
1.1. Poder como meio de comunicação	12
1.2. Poder e a relação ao agir	16
1.3. O código do poder.....	18
2. O PODER NO EXÉRCITO SEGUNDO NIKLAS LUHMANN	22
2.1. Exército e poder na ditadura	26
2.2. A transição para a democracia	31
2.3. O Exército na democracia.....	33
2.4. A renovação do poder	37
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
BIBLIOGRAFIA	44

INTRODUÇÃO

O Brasil foi marcado, em sua história recente, por um regime de ditadura militar imposto a partir do golpe de 1964, que provocou mudanças sensíveis no desenrolar de sua evolução social. O Exército, grande protagonista da ditadura e responsável pelo golpe, consegue manter-se com bom espaço e influência na democracia a partir de uma renovação do seu poder político. O que transparece é a readaptação do sistema a nova conjuntura da sociedade a partir de 1985 através de novas formas de apresentação do seu poder político.

O tema refere-se ao significado do papel político do Exército no pós-ditadura, mais especificamente, à manifestação do poder na instituição, em comparação entre o período em que o Exército se encontrava no governo, ou seja, no período ditatorial, e no pós 1985, quando há a passagem para a redemocratização. Busca entender as estruturas que dão sustentação ao sistema militar e como o poder se desencadeia no momento de inserção na arena decisória e na redemocratização tendo por base para tal análise a teoria do poder de Luhmann.

O estudo se dá, portanto, e explica como o Exército construiu as relações de poder, ou seja, a significação do papel político, no primeiro momento, isto é, durante o regime ditatorial, e no período subsequente marcado pela redemocratização. Assim, se explica o novo papel do Exército na sociedade brasileira, ou seja, pelo viés político, da passagem da posição em que se encontrava durante a ditadura, manipulando o poder, fazendo uso da máquina do Estado, para a posição na democracia, na condição de subordinado ao governo civil e voltando a sua função constitucional.

Para chegar a resposta de como foram as mudanças no papel político do Exército, sob as estratégias de desenvolvimento do poder na perspectiva Luhmanniana, na trajetória de 1964 aos dias atuais temos o objetivo então, de evidenciar diferentes momentos de apresentação do papel político por parte da organização militar do Exército brasileiro no intercurso da história com base na teoria de Luhmann, sendo que para isso, primeiramente descreveremos como se dá o poder em Luhmann; na sequência, a explanação da forma como o poder se constrói no Exército, seguido da descrição de como se apresenta no período da

ditadura e redemocratização. Por fim, será feita uma análise dos dois períodos sob a teoria de Luhmann.

Esse estudo busca entender como se organiza uma importante instituição da sociedade brasileira, dado o papel desenvolvido por ela ao longo de sua existência, junto ao Estado. O período da ditadura se caracterizou pela forte presença das Forças Armadas no governo e o Exército obtinha a maior parte de responsabilidade quanto à garantia de que o processo pudesse se desenvolver. Essa responsabilidade exigia por parte da instituição uma rígida forma de organização de suas estruturas para que sustentasse a pressão por parte do meio em que se encontrava.

A partir de 1985, com a passagem à redemocratização, a pressão sobre o Exército diminuiu ao passar a responder apenas pela função constitucional. Houve várias mudanças na sociedade, ou seja, no meio em que se encontra o sistema militar, obrigando-o a se reestruturar e readaptar ao meio. Em vista disso, o estudo aprofundado desses momentos da história do Exército sob diferente apresentação do papel político, torna-se relevante no meio acadêmico, a fim de trazer à tona, as diferentes formas de organização do poder na instituição, já que esta foi importante para a sociedade contemporânea e aumenta em muito as possibilidades de melhor compreensão da sociedade brasileira, pois a análise poderá servir de base para estudos de outros sistemas da sociedade, as quais se baseiam na renovação do seu papel político para evolução no transcorrer da história.

Nesses termos, temos o seguinte problema de pesquisa: quais foram as mudanças no papel político do Exército, sob as estratégias de desenvolvimento do poder na perspectiva Luhmanniana, na trajetória de 1964 aos dias atuais?

Assim, o resgate de tal trajetória sob diferentes formas de apresentação do poder nos coloca e possibilita explicitar as nuances apresentadas pela instituição no que diz respeito ao seu papel político junto à sociedade brasileira.

Nesse sentido, esse trabalho se apresenta da seguinte maneira. No primeiro capítulo tratamos da teoria de Niklas Luhmann em seu primeiro livro sobre o poder. Nele o poder se apresenta como um meio de comunicação que auxilia a transmissão de resultados seletivos entre dois ou mais parceiros. O poder é um meio de comunicação simbolicamente generalizado, que disponibiliza à sociedade uma forma específica de comunicação para resolver o problema social de coordenação de ações. Falamos de como o poder se apresenta

enquanto meio de comunicação na sociedade e de como possibilita a vinculação de ações entre dois sistemas. Também, como é a formação do código do poder e como este código atua na sincronia das ações para a formação do consenso na tomada de decisões. Por fim, veremos a relação entre poder e força física.

No segundo capítulo, tratamos do poder no Exército. Primeiramente, como se apresenta o poder na instituição. Como ocorrem as operações de poder, sendo que este precisa ser construído e reformulado constantemente sob pena de ruir. As Forças Armada já possuem em sua natureza o planejamento para as ações futuras que incluem a manutenção do poder na arena decisória e procuram seu espaço na sociedade brasileira coordenando as ações com as vontades da sociedade.

Na sequência descrevemos como se apresenta o poder no Exército especificamente durante a ditadura, sendo que em um primeiro momento os militares tinham apoio de uma boa parcela da sociedade para as suas ações e no decorrer do tempo, passaram a usar cada vez mais a força física em relação àquele que discordavam do seu governo.

Veremos também, rapidamente como se formou o processo da redemocratização e as ações da instituição para manter-se com um papel fundamental no meio civil. Como se deu a vinculação nesse momento, da constituinte para com os militares. A importância desse momento para a sobrevivência da instituição no futuro e fortalecimento do poder político na democracia.

Na fase seguinte, descrevemos o papel político do Exército na democracia. A forma como reformulou suas estratégias de poder e vinculação da sociedade para o sucesso de seus objetivos. Assumindo, já em um primeiro instante, sua função constitucional na democracia, veremos como se apresenta a legitimidade do seu poder e como a instituição busca isto. A partir disso, então, há uma preparação para o futuro da instituição baseada em estratégias de inserção e fortalecimento do poder na sociedade.

Por fim, faremos uma análise da apresentação do poder na instituição nos dois períodos na perspectiva Luhmanniana. Como a teoria auxilia a explicação da inserção do Exército na sociedade brasileira de forma a vincular os outros sistemas como o governo e o Estado e a maneira de buscar a legitimidade do seu poder junto à opinião pública.

1. O PODER EM NIKLAS LUHMANN

Antes de entrarmos definitivamente na teoria do poder, precisamos saber um pouco quem foi o autor que servirá de base para este trabalho. Conforme, BECHMANN e STEHR (2001), Luhmann, foi um sociólogo alemão nascido em 8 de Dezembro de 1927 em Lunenburg. Enquanto estudante foi mobilizado para o Exército alemão em 1944 e feito prisioneiro pelos americanos em 1945. Entre 1946 e 1949 estudou e terminou o curso de Direito na Universidade de Friburgo. De 1954 a 1961 foi funcionário público em Lunenburg: de 1954-1955, no Tribunal Superior Administrativo de Lunenburg, onde foi assistente do presidente; entre 1955-1962 foi membro do Parlamento no Ministério da Cultura; entre 1960-1961 saiu do país para frequentar o curso de Políticas Públicas e Gestão na Universidade de Harvard, em Boston, onde se dedicou à sociologia a partir desse mesmo ano, sendo influenciado por Talcott Parsons, de quem foi aluno. De 1968 a 1993 foi professor de Sociologia na recém criada Universidade de Bielefeld, até a aposentadoria, em 1993. Entre 1977-1980 foi editor da revista "Jornal de Sociologia" em Stuttgart. Faleceu a 6 de Novembro de 1998, em Oerlinghausen, Bielefeld, vítima de câncer.

Em seus estudos Luhmann elabora um projeto para uma teoria geral da sociedade. Nessa teoria, ele explica que cada vez mais a sociedade entra numa complexidade que aumenta com a evolução. Diz também que ela está dividida em sistemas e subsistemas sociais. Quanto mais a sociedade evolui e fica complexa mais cresce também a diferenciação. Essa diferenciação crescente exige dos sistemas uma maior especialização de suas funções, pois cada sistema exerce uma função diferente na sociedade. O que possibilita a existência e a estruturação de um sistema é a comunicação dentro dele e dele para com seu meio ambiente. Essa comunicação também se altera com a evolução, pois ela precisa se tornar mais especializada à medida que a sociedade fica complexa.

Assim, o elemento central da teoria de Luhmann é a comunicação. A sociedade aparece como o sistema maior que engloba os sistemas sociais, que por sua vez são constituídos de comunicação. A sociedade mais abrangente é que serve de meio ambiente para o sistema, que se apresenta como uma zona de redução de complexidade separado do seu meio infinitamente complexo. Essa redução da complexidade se dá devido ao sistema operar

apenas com uma seleção de informação retirada do exterior. Essa informação é processada pelo sistema a sua maneira, ou seja, a essa maneira Luhmann dá o nome de sentido.

Em meio aos estudos sobre a comunicação, Luhmann dedica um tempo para o estudo do poder, que para ele trata-se de um meio de comunicação que auxilia na transmissão dos resultados seletivos entre dois parceiros. Como, para ele, a comunicação na sociedade é improvável, o poder vem para solucionar este problema dos sistemas sociais.

Sendo assim, existem diversas formas de abordagem teórica sobre o poder. A maioria delas busca construir um conceito de poder muito reduzido. Porém, em Luhmann, há uma importante diferença na forma de abordagem do tema que será fundamental nesse trabalho. Para ele, há uma importância maior que simplesmente reduzir o poder a pontos isolados, mas criar um conceito bem mais abrangente e capaz de ser empregado em diversas circunstâncias.

Nesse sentido, o poder surge como um tipo especial de comunicação através de um código que produz vinculação de ações e decisões entre aquele que exerce o poder e aquele que se submete a ele. Portanto, aqui não se busca um conceito de poder propriamente dito, mas, como ocorre uma operação de poder, ou seja, como ocorrem as comunicações de poder nos sistemas sociais, em especial na instituição política, Exército Brasileiro.

1.1. Poder como meio de comunicação

Quando lemos Luhmann, entendemos que a comunicação é um importante processo da sociedade moderna. Porém, devido à complexidade que caracteriza tal sociedade, a comunicação por linguagens simples não basta para a compreensão de determinadas informações que se queira transmitir. Então surgem meios complementares da linguagem, como o poder, que permitem o entendimento entre os interlocutores através de uma motivação para aceitar e seguir as informações passadas. É nesse sentido que Luhmann busca explicar como o poder surge na sociedade moderna.

Uma comunicação só pode se dar na medida em que se entende a seletividade de uma mensagem. Isso implica contingência de ambos os lados que participam da comunicação, além da possibilidade de rejeitar as ofertas de seleção por via comunicativa, ou seja, quando

Luhmann fala em seleção, ele que dizer o seguinte: na sociedade moderna existem inúmeras possibilidades de escolha de ação para um determinado sistema escolher uma para si. É isto que caracteriza a complexidade. Quanto maior as possibilidades, maior a complexidade. Mas, para reduzir a complexidade, um sistema faz uma escolha e a repassa, pelo processo comunicativo, para seu parceiro. É a transmissão de resultados seletivos. Porém, tal parceiro pode escolher em seguir ou rejeitar a informação, é a contingência. A contingência existe devido às maneiras diversas de entendimento de determinada informação entre os parceiros. Daí vem os meios de comunicação simbolicamente generalizados para motivar a aceitação da informação. As condições de surgimento e as conseqüências da utilização do poder serão abordados de forma mais detalhada nos próximos itens. A rejeição comunicada em resposta e transformada em um tema dentro dos sistemas sociais, ainda, caracteriza um conflito. Todos os sistemas sociais carregam o potencial de conflito. Esse conflito fará com que o sistema se readapte na tentativa do consenso. Isso instiga a evolução do sistema.

Além disso, a opção entre uma resposta de “sim” ou “não” não pode ser orientada apenas pela linguagem, ao passo que é justamente a linguagem que garante as duas escolhas. Luhmann defende que existem em todas as sociedades mecanismos adicionais à linguagem que garantem a transferência das seleções em uma medida adequada. Apenas as sociedades mais avançadas necessitam de uma diferenciação funcional entre o código geral de linguagem e os meios de comunicação simbolicamente generalizados – tais como o poder ou a verdade, ordenadores das motivações que fazem a aceitação das seleções oferecidas. Conforme aponta o autor:

Assim como a evolução articula o sentido temporal do sistema social e a diferenciação o material, a comunicação articula o sentido social. A comunicação só se produz quando se compreende a seletividade de uma mensagem, o que significa: quando se emprega para a seleção um sistema próprio. Isto implica contingência de ambas as partes, por conseguinte também possibilidade de recusa das ofertas de seleção apresentadas por via comunicativa. Estas possibilidades de rejeição, não podem ser eliminadas enquanto tais. Uma retrocomunicação e a tematização da recusa nos sistemas sociais, constitui o conflito. Todos os sistemas sociais são conflitos potenciais; somente a medida da atualização deste potencial de conflito varia com a medida da diferenciação do sistema e da evolução da sociedade.

Sob tais condições de constituição, a escolha entre Sim e Não, não poder ser orientada apenas pela linguagem, pois esta garante justamente ambas possibilidades; tampouco pode ser deixada ao acaso. Por esta razão existem em cada sociedade, elementos complementares à linguagem que garantem,

na medida necessária, a transmissão dos resultados de seleção. A necessidade e a forma destes elementos se alteram com a evolução do sistema social (LUHMANN, 1985, p. 6).

Assim sendo, através do estudo das operações de poder é possível entender várias questões relacionadas à inserção do sistema militar, na sociedade brasileira, enquanto sistema social. Mas, ainda se tem muito a considerar sobre as operações de poder, antes de entrarmos em tal discussão.

Luhmann diz que se entende, “por meio de comunicação, elementos complementares da linguagem, ou seja, um código de símbolos generalizados, que dirige a transmissão de resultados seletivos (LUHMANN, 1985, p. 7)”. Em condições normais, uma comunicação se daria sem compromisso entre os interlocutores. O ouvinte poderia entender a informação, no entanto proceder de diferentes formas ou até mesmo, nem levar em consideração a informação, para tomar decisão. Porém, o poder, como um código de símbolo generalizado, sugere a adoção dos resultados da seleção externa. É isso também, que possibilita a constituição do poder, ou seja, quando o modo de seleção de um parceiro serve de estrutura de motivação do outro.

O pressuposto primeiro e mais importante “[...] é que os processos de comunicação dirigidos pelos meios inter-relacionam os parceiros, que efetuam ambos, operações seletivas próprias, tendo conhecimento simultâneo um do outro. Nós falaremos em *alter* e *ego* (LUHMANN, 1985, p. 12)”.

Sendo assim, a insegurança retrata uma suposição essencial de todo poder, em uma relação com as seleções de *alter* que tem o poder. Por quaisquer razões, *alter* tem à sua disposição mais de uma alternativa. Está possibilitado de produzir nele ou retirar insegurança à medida que transmite suas seleções. É essa possibilidade de produzir ou retirar a insegurança que se forja como uma pré-condição absoluta do poder. Ela determina o alcance para as generalizações e especificações em um dado meio de comunicação.

O poder cresce então quando possibilita ao poderoso escolher diante do subordinado, uma alternativa que queira seguir. Ao mesmo tempo, também, se o subordinado escolher a alternativa, dentre muitas outras, que condiz com o poderoso, devido ao poder. Isso quer dizer que se o detentor do poder conseguir fazer com que seu subordinado aja conforme sua

vontade, mesmo podendo escolher outra alternativa, e sem obrigá-lo com o uso da força, pois o uso da força já não seria mais uma operação de poder, o código falou mais alto e se fortaleceu. Apenas o código do meio de comunicação possibilita tal fato.

Quando falamos em Exército, é importante observar uma constatação de Luhmann a respeito de substitutivos do poder. Em uma sociedade complexa, o poder se torna mais difícil de constituir-se. A hierarquia é uma forma de distribuição do poder. O superior assim possui mais poder que o inferior. A hierarquia é tratada dentro do Exército como um dos seus pilares sustentadores. Neste caso, diz Luhmann (1985) “o recurso comunicativo direto ao poder é substituído pela relação aos símbolos, que obrigam normativamente ambos os lados e respeitam, ao mesmo tempo, os detentores de poderes subalternos (LUHMANN, 1985, p. 10).

Luhmann se reporta frequentemente ao conceito de contingência, falado anteriormente, que segundo ele, é típico da sociedade moderna. O que, então, significa contingência? O conceito é usado na filosofia desde Aristóteles e na teologia por Tomás de Aquino e, mais recentemente, na sociologia, por Talcott Parsons. A contingência denomina algo que não é necessário, nem impossível e, dessa forma, diz respeito à abertura fundamental da experiência humana no âmbito social. O conceito de contingência também se estende à percepção do mundo que depende de distinções; essas distinções podem ser feitas desta ou daquela maneira, são então "contingentes". A necessidade da redução de complexidade deriva-se dessa abertura fundamental do agir e perceber humano. Sistemas sociais têm a função de reduzir a complexidade e controlar a contingência, possibilitando assim um agir direcionado e com sentido por parte do ator social através do poder que sobre ele recai.

O poder, como meio de comunicação, também se constitui tipicamente, em constelações de interações específicas, em cujo âmbito se formula uma problemática própria, isto é, em cada processo de comunicação existe um que é particular apenas desse processo. Uma comunicação pode se dar tranquilamente no dia-a-dia apenas por processos lógicos. No entanto, em dados momentos poderá haver contingência e a comunicação se tornar improvável. É nesse momento que o código do poder resolve tal situação e torna o agir de um aceitável para o outro. Porém, não se pode esquecer que o código generalizado simbolicamente criado para esta situação servirá apenas para esta situação e não para outra. Para Luhmann,

Com a contingência da seleção aumenta também o atrativo da negação. A transmissão de resultados seletivos só se efetua, então, sob pressupostos especiais, reconstruídos e especializados pelo código de poder. Eles só se

tornam fundamento de expectativas confiáveis com o auxílio de um meio generalizado simbolicamente (LUHMANN, 1985, p. 19).

Neste ponto, surge uma importante idéia que será útil para explicar a evolução do Exército até a atualidade, para se manter no meio decisório. Para Luhmann, a evolução da sociedade provoca cada vez mais a contingência na comunicação e mais necessário se torna a especialização dos meios de comunicação para tornar os parceiros congruentes, dada a diferenciação crescente entre as organizações, ou seja, com o crescimento e evolução da sociedade, as possibilidades se tornam inúmeras e a comunicação cada vez mais especializada em cada situação, exigindo que o poderoso imprima uma motivação maior para que a informação seja entendida pelo outro. Para isto, o código do poder precisa se adaptar a situação ou então a evolução se torna comprometida.

Por fim, Luhmann faz uma crítica ao poder brutal e ambicioso de determinados poderosos. Então, de forma contrária, defende a institucionalização do poder legítimo. “A vida quotidiana de uma sociedade é muito mais determinada pelo recurso ao poder normalizado, especificamente ao poder jurídico, do que pelo uso brutal e egoísta do poder (LUHMANN, 1985, p. 15).” Na atualidade não existe mais lugar para impor vontades sob forma bruta e para demonstração de poder. A própria teoria luhmanniana explica que quanto mais se aproximar da violência uma determinada relação, menos o poder está presente.

1.2. Poder e a relação ao agir

O poder permite também, controlar o agir do subalterno. Quando o poderoso agir sob determinada decisão o código do poder supõe que o parceiro deverá seguir tal ação, isto é, o código do poder permite a transposição dos resultados seletivos por meio do agir. Sobre essa questão que Luhmann diz ser necessário explicar como é possível um meio de comunicação específico generalizado simbolicamente se especializar a fim de transpor reduções de ação na vida social. Para Luhmann, “o agir está submetido a controles sociais especiais, que se desenvolvem simultaneamente com a possibilidade de ação (LUHMANN, 1985, p18)”. Um

sistema social que faz uso do poder pode levar seu mundo ambiente, ou seja, os outros sistemas, a agir conforme sua linha de ação. A partir do momento que tal sistema escolher uma linha de ação, o código do poder fará com que os subalternos ao poder se alinhem no mesmo sentido. No entanto, o sistema poderoso não deverá, ou melhor, não é de seu interesse, agir em desacordo com a vontade do subalterno. Assim ele busca uma ação condizente com a situação. Mas, como isto é possível? Luhmann nos diz que a partir do momento que há a escolha de uma alternativa, ela exclui ao mesmo tempo, outras alternativas ou alternativas a evitar, tanto para o poderoso quanto para o subalterno. O poder possibilita a evidência dessas alternativas para os dois lados. Luhmann (1985) explica,

O poder pressupõe que ambos os parceiros veem alternativas cuja realização gostariam de evitar. É necessário, pois, que, de ambos os lados, haja, além de mera maioria de possibilidades, uma ordem de preferências que, do ponto de vista de uma avaliação mais positiva ou mais negativa, seja esquematizada e evidente para a outra parte. Com este pressuposto pode-se estabelecer uma combinação hipotética das alternativas a evitar de ambos os lados – do modo mais simples, por ameaças e sanções, que o próprio poderoso preferiria evitar: ‘Se não fazes isto, bato em ti!’

Mesmo isto não basta. O exercício do poder surge apenas quando a relação dos interessados para com suas respectivas alternativas a evitar está estruturada de forma tão diferenciada, que o subordinado preferiria, mais do que o poderoso, evitar sua alternativa – no nosso exemplo: a da luta física. E também na medida em que esta relação entre as relações dos interessados e suas alternativas é cognoscível para estes. Em suma: o código do poder precisa garantir uma possibilidade de relação entre relações. Com este pressuposto, surge a possibilidade de um acoplamento condicional da combinação, considerada menos negativamente, de outras alternativas. Este acoplamento motiva a transposição de seleção de ação do poderoso para o subalterno (LUHMANN, 1985, p19).

Além disto, pode-se perceber e Luhmann deixa claro, que no momento que se escolhe uma alternativa, as que ficaram de fora, são mais negativas. Isso gera preocupação por parte do poderoso, no sentido de evitá-las ao máximo, pois a realização de uma delas poderia provocar o uso da violência física. O uso da violência física significaria a perda do poder, pois altera as estruturas da comunicação de forma quase irreversível. A melhor forma é evitar as alternativas negativas. Assim, “o poder é empregado, destarte, quando, diante de uma situação dada de expectativa, se constrói uma combinação de alternativas desfavorável (LUHMANN,

1985, p. 20)”. O poder dos portadores do poder é maior se eles podem escolher realizar, na esteira do seu poder, tipos de decisões cada vez mais diversas. Não obstante, seu poder será maior se ele pode fazer isso com um parceiro que possui diferentes alternativas. No caso do poder, a chave de interesse é a transmissão de seleções e não a realização concreta de certos resultados. Dessa maneira,

A estrutura básica do meio de comunicação poder, que consiste na combinação, inversamente condicionada, de combinações de alternativas avaliadas de modo relativamente positivo ou negativo, serve de fundamento para que o poder apareça como possibilidade e aja como tal (LUHMANN, 1985, p. 21).

Importante aspecto a ressaltar, diz respeito às ditas cadeias de ação. Luhmann (1985) diz que uma cadeia de ação se constitui quando há mais de dois parceiros no processo de comunicação e que estão vinculados. Essa vinculação deve acontecer verticalmente de forma que A tem poder sobre B, B sobre C, C sobre D e assim por diante, até terminar em um parceiro que não possua ninguém subordinado a si. O poder age como um vetor da formação de cadeias de ação. A cadeia só existirá se o poder de um perpassar por todos. Para Luhmann, a cadeia de ação é importante porque impede a entrada de poder exterior, reforçando a vinculação interna do processo de comunicação.

1.3. O código do poder

Nas sociedades modernas, caracterizadas pela complexidade, a evolução segue em frente sem estagnar. Segue-se também uma evolução dos meios de comunicação. O poder está inserido neste contexto. Quanto mais complexa a sociedade mais especializado precisa se tornar o código do poder. A formação do código do poder também deve acompanhar a evolução da sociedade. A evolução do poder refere-se a um aumento deste no que diz respeito ao seu código, ou seja, na medida em que a sociedade se torna complexa o poder aumenta na transmissão da complexidade reduzida de um parceiro a outro. Um número maior de

possibilidades aumenta também a contingência da comunicação. É nesse momento que o código precisa falar mais alto. A generalização do símbolo precisa ser conservada. Para Luhmann, “Entende-se por generalização a de orientações de sentidos que possibilitem manter o mesmo sentido diante de parceiros diferentes em situações diferentes, de modo a tirar daí consequências iguais ou semelhantes (LUHMANN, 1985, p. 27)”. Assim, o poder, como código generalizado, serve para várias situações, evitando uma reorientação completa das informações de caso para caso e absorve a insegurança.

Com a evolução da sociedade, as instituições precisam manter o sentido da sua existência, ou seja, dentro delas existe uma forma de comunicação, que são os processos comunicativos, que se organizam de tal forma somente ali encontradas e que precisam ser conservados sob pena de extinção da instituição com a perda do seu sentido.

Mais detalhadamente, o poder como código, precisa se impor com maior força a medida em que a sociedade se torna complexa, ou seja, para manter a transmissão de seus resultados seletivos com o mesmo sentido do sistema de origem, pois as possibilidades de uma rejeição cresce cada vez mais.

O código mais importante para a evolução sociocultural é formado com a ajuda da linguagem, através, especialmente, da vinculação destas com capacidades de negação, de forma que exista uma negação correspondente a cada sentença em todas as funções da linguagem. Justamente por causa desta negabilidade da comunicação lingüística é que se tornam necessários os complementos da linguagem que procuramos resumir sob o título de meios de comunicação (LUHMANN, 1985, p. 29).

Sendo assim, os meios de comunicação servem para auxiliar na evolução dos sistemas ao permitir a superação da negabilidade em cada caso específico.

Luhmann faz referência à violência física. Para ele o recurso à força vale somente como símbolo. O poder precisa, portanto, recorrer à ameaça – e só à ameaça – de sanções capazes de ser valoradas como inconvenientes e evitáveis. Por exemplo, além do uso da força física, agressões morais, demissão no trabalho, ridicularizar socialmente etc., são sanções simbolicamente generalizadas como inconveniências evitáveis. Em todos esses casos, pode-se

supor que ninguém gostaria de passar por alguma dessas situações e, ao mesmo tempo, pode-se também supor que são situações evitáveis, quer dizer, situações que sempre estão dadas ao lado de outras alternativas igualmente possíveis. A eliminação da ação mediante a ação faz ruir o poder. À medida que se usa a força física, impede-se que o outro tenha a liberdade de escolha. Para Luhmann (1985), “a violência física não pode ser poder, mas é o caso limite intransponível de uma alternativa a se evitar constitutiva do poder”. Quando usada, ela transparece uma ordem assimétrica das preferências dos parceiros da comunicação. Nesse instante, a discordância das ações provoca um conflito. E quando a valoração negativa da alternativa evitável, pelo submisso, corresponde à alternativa igualmente valorada pelo poderoso, então se está diante de uma relação de poder. Em outros termos, o poder sempre se constrói na base de uma alternativa entre cumprir ou evitar o cumprimento de uma ordem.

Concluindo então, Luhmann se propõe refundar a noção de poder, a partir de uma teoria geral da comunicação caracterizada pela generalização simbólica. Ela parte do pressuposto fundamental de que os sistemas sociais se constituem unicamente através da comunicação. Há sistema social somente se as comunicações, além de serem compreendidas, são aceitas. Para tanto, os sistemas sociais elaboram meios de comunicação particulares que visam transformar as mensagens em regras de comportamento para aqueles que as recebem.

Nesse contexto, a especificidade do poder consiste em favorecer a transmissão de decisões de maneira tal que as opções de quem detém o poder sejam assumidas como pressupostos do comportamento de quem está sujeito a ele. O poder permite selecionar, através de uma decisão própria, uma alternativa para os outros e reduzir a complexidade alheia. Fundamentado em tal possibilidade está o fato de que o detentor do poder dispõe permanentemente de um número mais alto de alternativas pertinentes com relação àquele que está sujeito ao poder.

No âmbito da teoria dos sistemas de Luhmann, o poder acontece em todas as relações de comunicação da sociedade. Não se trata apenas de um recurso do poder político. Tampouco está ligado a ações baseadas em coações irresistíveis. O poder está exatamente na conexão entre ações, decisões ou comunicações sociais. O exercício de atos de poder acontece na forma de um tipo especial de comunicação que vincula as comunicações ulteriores de um modo muito mais sutil – e muito mais ideológico – do que as teorias críticas da década de 70 puderam observar. A obediência ao poder, nessa perspectiva teórica, está na própria seletividade de uma forma especial de comunicação que vincula. Para Simioni,

[...] o poder, na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, não constitui um sistema da sociedade. O poder é um meio de comunicação simbolicamente generalizado, que disponibiliza à sociedade uma forma específica de comunicação para resolver o problema social de coordenação de ações. Com base no desenvolvimento desse meio de comunicação simbolicamente generalizado, na modernidade estruturou-se um sistema de comunicação operativamente fechado, dotado de autopoiese, que é o sistema político da sociedade. Política e poder, portanto, são coisas diferentes na modernidade. O poder é o meio de comunicação que estrutura o sistema político da sociedade. Assim, a política opera de modo recursivo com base no poder, ao mesmo tempo em que o poder disponibiliza as formas de comunicação do sistema político (SIMIONI, 2008, p. 156).

Assim, para Simioni, o poder exige uma ação tanto de quem dispõe de poder quanto de quem está submetido a ele. Diante de uma ação política, quem está submetido a ela não tem outra alternativa senão responder com uma ação: ou age cumprindo a ação-decisão, ou age para evitar o seu cumprimento. As duas alternativas então são: agir cumprindo a exigência política ou agir evitando o cumprimento. Em ambos os casos se trata de uma ação de *Alter* tomada como premissa para uma ação de *Ego*. Não há outra alternativa. E precisamente essa ausência de alternativas constitui o poder.

2. O PODER NO EXÉRCITO SEGUNDO NIKLAS LUHMANN

As Forças Armadas no Brasil, em especial o Exército, sempre buscaram, ao longo de sua história, obter um lugar de influência na sociedade. Os militares, embora algumas vezes sob o uso da força, na maior parte do tempo conseguiram manter o poder de forma pacífica, porém não menos influente. Buscando uma posição de árbitro do governo, num período de mais ou menos 35 anos antes do golpe de 1964, interviram em alguns momentos, como em 1945 na queda de Getúlio Vargas, para colocar o país no “rumo” que achavam o mais correto. Mais ou menos sob o mesmo discurso, e novamente com o uso da força, em 1964 tomaram o governo para que este não fosse “contaminado” pelos comunistas. Mas, como esta instituição consegue se manter com esse poder para intervir no meio político e obter êxito em seus objetivos? Tudo isso tem a ver com estratégias de manutenção, renovação e legitimação do poder político para a sobrevivência da instituição.

Para Dreifuss, as Forças Armadas já possuem em sua natureza o planejamento para as ações futuras que incluem a manutenção do poder na arena decisória.

O exercício do poder, pelas Forças Armadas, é consoante com a própria mente militar, isto é, de preparo de ações para o futuro, utilizando para isto uma metodologia que se nutre de noções político-estratégicas. Elas têm e utilizam ‘naturalmente’ os recursos informativos, analíticos e avaliatórios e os métodos de planejamento e imposição de vontades sobre a estrutura e o comportamento social, na conjuntura e situação política, tendo em vista o processo e as perspectivas político-ideológicas (DREIFUSS, 1989, p. 25).

Sendo assim, percebemos que o Exército se coloca para a sociedade assim como *Alter* para *Ego* na teoria de Luhmann, ou seja, buscando se fazer entender e fazendo valer sua vontade usando o poder político. Mas, para isso, sempre se atualizando conforme as expectativas sociais.

Devido ao Brasil manter boas relações com seus países vizinhos e com o resto da comunidade internacional, as ações das Forças Armadas se restringem a treinamentos e

preparação para possíveis batalhas. Está circunscrito, portanto na cultura militar brasileira a preparação para o futuro. Essas perspectivas, no entanto, são causadoras em muitos momentos da história brasileira, principalmente na história recente, de questionamentos da real importância das Forças Armadas para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, faz-se importante que os militares mantenham uma comunicação com a sociedade civil, mantendo uma relação de poder, para manter-se enquanto instituição que garante a “soberania da nação brasileira”. Essas relações com a sociedade exigem que os militares desenvolvam seu poder e o atualizem de tal forma a prosseguir no desenvolvimento e na evolução da instituição.

Mas, como já foi dito anteriormente, é de natureza dos militares a preparação para o futuro, e isto envolve com certeza, uma estratégia de poder para se manter influente no meio civil e assim, de forma legítima, atingir seus objetivos. Ao buscarmos na história do Exército, do período de 1964 até os dias atuais, percebemos diferentes momentos da sociedade em que os militares se mantiveram como uma instituição forte e respeitável. Isso não se deu por acaso. Embora duramente criticada durante o período da ditadura, planejou a passagem para a democracia e, além de garantir sua importância para o Brasil na constituição de 1988, continuou no momento seguinte, já tendo retornado aos quartéis, com uma boa aprovação da sociedade. Isto mostra uma readaptação ao novo contexto social e uma consequente renovação da construção do seu poder.

Quando falamos que o Exército renova a maneira de fazer uso do poder significa que ele mudou o sentido de interpretar o meio, ou seja, a instituição tem uma maneira própria de interpretar a sociedade e procura transmitir, ao seu jeito, para o meio em que se situa, suas decisões. Para essa transmissão não basta apenas expor as escolhas a serem seguidas, pois podem ser facilmente contrariadas e descartadas. Nesse momento, faz-se valer o seu poder. Só o poder diminui o número de possibilidades a serem escolhidas pelo subalterno ao poder, diz Luhmann.

Carvalho nos traz uma importante contribuição para o entendimento da manifestação do poder do Exército na sociedade. Para ele, as

[...] organizações possuem característica e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas. Isto vale particularmente para as organizações militares que, além de serem de grande complexidade, se enquadram no que Esving Goffman chama de instituições totais. Essas

instituições pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida de seus membros constroem identidades mais fortes. Quando plenamente desenvolvidas requerem de seus membros uma radical transformação de personalidade. São exemplos desse fenômeno as antinomias entre homem velho e homem novo, nas ordens religiosas, e entre militar e paisano, nas organizações militares. Uma identidade mais forte aumenta o grau de autonomia da organização em relação ao meio ambiente (CARVALHO, 2006, p. 13).

Nessa contribuição é de fácil entendimento, onde se constroem e se dão as condições de poder do Exército. Quando Carvalho fala da autonomia da organização em relação ao meio ambiente, vemos um sentido próprio dela, ou seja, quando a identidade é forte a maneira de interpretar a realidade também é mais forte que o meio e o sentido da instituição também é mais forte. Consequentemente, isso cria condições propícias ao poder.

Sendo assim, o Exército busca manter a instituição fortemente constituída através da formação da personalidade de seus membros. Esses membros não são simplesmente pessoas destituídas de laços familiares ou aquém da sociedade brasileira. Mas, são componentes das famílias e da sociedade brasileira. O que o Exército busca, e faz parte da sua estratégia de poder, é a reeducação das ações e pensamentos dos seus integrantes de maneira a não se deixarem influenciar por ideias diferentes da instituição, dando a eles o seu sentido. Além disso, se trabalha a difusão de seus objetivos para a sociedade através de seus componentes. Assim se dá, de certa maneira, a comunicação entre as questões militares e a sociedade, levando em consideração o grande número de integrantes da instituição. Para Carvalho (2006), o poder político do Exército, varia em proporção direta a seu tamanho.

Além disso, devemos considerar a distribuição da instituição no território brasileiro, isto é, o desdobramento em inúmeros quartéis, que abrangem todo o território nacional e que está em constante reformulação sob estratégias de poder. A presença na sociedade facilita a identificação do sentido da instituição e possibilita também a interpretação do meio, possibilitando, conforme Luhmann, uma eleição de prioridades a serem alinhadas na mesma direção. A estratégia do poderoso é evitar também o conflito de vontades.

Em linhas mais gerais, podemos dizer que o Exército mantém linhas de ação de integração com a sociedade. Essas ações buscam um alinhamento do meio em que se insere, para com sua vontade, ou seja, quando toma uma linha de ação, busca transmitir para a sociedade, por meio da comunicação, a sua vontade naquele momento e vice-versa.

Porém, a transmissão de sua vontade não surtiria efeito se não houvesse por trás, uma estratégia de poder, e uma simbologia construída junto à sociedade, que permite repassar, já de antemão, sua vontade. Esses símbolos se constroem no sentido que o Exército dá no tratamento das questões nacionais. A defesa da lei e da ordem como bases de suas ações, pode ser um exemplo, entre outros. Assim, é possível saber em determinada conjuntura, que a decisão a ser tomada pela instituição visará à defesa da lei e da ordem.

Toda essa estratégia de poder e criação de símbolos ao longo do tempo, faz com que a sociedade leve em consideração a opinião do Exército para a tomada de decisões. Um bom exemplo é a discussão do futuro da instituição militar na constituinte de 1988. As dúvidas em torno do papel das Forças Armadas daquele momento em diante, acabaram com a intervenção do comandante do Exército, na expressão de sua vontade em permanecer responsável pela garantia da lei e da ordem, o que permitia a intervenção em assuntos internos e não apenas da defesa externa, como queriam os civis.

A inclusão do papel das Forças Armadas na constituição de 1988 deu um importante suporte para o Exército em ações futuras. Embasados constitucionalmente, os militares justificam as linhas estratégicas e de ação na lei, fazendo uso do poder normatizado.

Porém o uso do poder no Exército não se restringe apenas ao embasamento constitucional. Muitas outras estratégias de poder podem ser verificadas e subscritas em ações militares. O poder também pode ser atingido sob demonstrações de força que funcionam como uma ameaça, ou seja, uma alternativa a ser buscada em caso de conflitos com a sociedade. Desfiles armados e exposição de armas, contextualizam todo um aparato de força e poder a ser usado em condições não condizentes com a vontade dos militares.

Mas, isto apenas serve como simbologia do poder militar que facilita a compreensão das informações e vontades transmitidas para a sociedade. Isto não basta para a manutenção da sobrevivência e evolução da instituição, afinal não há instituição que resista a um constante conflito. Uma importante estratégia do poder militar, está na busca pelo seu alinhamento com questões sociais. A percepção da conjuntura em que está inserido permite aos militares a elaboração de suas políticas para o seu desenvolvimento. Percebemos essa readaptação no final da ditadura e abertura para a democracia, no momento em que mais se falava em redemocratização dos países que viviam em regimes de governo ditatoriais. Isso se comprova pela maneira como se instituiu a volta à democracia, citado por alguns autores como uma redemocratização “pelo alto”, ou seja, foi planejada pelos próprios militares.

Mais adiante na história, vemos também, uma abertura da instituição militar e de suas estruturas de funcionamento, caracterizando a transparência da instituição, contemplando uma vontade circunscrita na sociedade civil.

Mais recentemente, os militares perderam lugar de prestígio junto ao governo com a abertura do Ministério da Defesa para uma autoridade civil. No entanto, mostraram a capacidade de readaptação à nova situação e ainda mantendo o domínio das questões atinentes a estratégias de defesa externa.

Enfim, o Exército busca estrategicamente, manter seu poder na sociedade brasileira, se readaptando às situações diferentes no percurso da história perdendo força em determinados campos e ganhando em outros. Mas, o poder se encontra exatamente quando o Exército se reformula quanto ao sentido da interpretação da realidade e a transmite para a sociedade fazendo valer a sua vontade, ou seja, quando falamos que os militares buscam se alinhar às vontades do meio para manter seu poder queremos dizer que será feita a vontade da sociedade, no entanto à maneira militar. Quando se fala em estratégia de defesa no meio civil ou pela presidente Dilma Rouseff, os militares é que serão os grandes responsáveis pela formulação dela.

2.1. Exército e poder na ditadura

A tomada do governo pelos militares em 31 de março de 1964 significou que os militares impuseram suas vontades no âmbito da sociedade brasileira e conseqüente aplicação delas. Essa imposição se deu por meio do uso da força física, ou seja, fazendo uso das armas o Exército tomou o governo. Essa tomada do governo aconteceu com a perseguição de pessoas contrárias ao golpe. Mas, os militares não agiram com oportunismo. Anteriormente, havia uma estratégia para a tomada do governo, se os civis tomassem outra decisão que não aquela que defendiam.

O que se pode observar nessa época é que os militares assumiram a responsabilidade pelas decisões da sociedade concentrando em si a complexidade do momento. Para D'Araujo e Castro (2000), o

regime foi se tornando mais claramente centralizador e munido de instrumentos contrários ao regime democrático e à livre disputa pelo poder político: substituição dos partidos políticos oriundos da constituição de 1946 por um sistema bipartidário (não tanto na letra do Ato Institucional nº 2, mas nas possibilidades reais de criação de partidos); eleição indireta do presidente da República (todos gerais de Exército de 1964 a 1985), dos governadores e prefeitos das capitais e de várias cidades de interesse estratégico; submissão da ordem constitucional à ordem institucional que restringiu liberdades políticas e, mediante Ato Institucional nº 5, suspendeu o *habeas corpus*. Associada essa restrição ao julgamento de delitos políticos pela Justiça Militar e ao amplo sistema de repressão, cujo centro era formado pela estruturas superiores de comando da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, delas decorre o efetivo exercício do poder da República das Forças Armadas e pelo Exército em particular (D'ARAUJO E CASTRO, 2000, p. 99).

Em 1961, Goulart foi liberado para assumir o cargo, sob um acordo que diminuiu seus poderes como presidente com a instalação do parlamentarismo. O país voltou ao sistema presidencialista um ano depois, e, como os poderes de Goulart cresceram, tornou-se evidente que ele iria procurar implementar políticas de esquerda, como a reforma agrária e a nacionalização de empresas em vários setores econômicos, independentemente do consentimento das instituições estabelecidas, como o Congresso e as Forças Armadas. Na época, a sociedade brasileira tornou-se profundamente polarizada, devido ao temor que o Brasil se juntasse a Cuba como parte do bloco comunista na América Latina sob o comando de Goulart. Políticos influentes, como Carlos Lacerda e até mesmo Kubitschek, magnatas da mídia (Roberto Marinho, Octávio Frias de Oliveira, Júlio de Mesquita Filho), a Igreja Católica, os latifundiários, empresários e parte da classe média pediam uma "contra-revolução" por parte das Forças Armadas para remover o governo. Isso mostra que os militares não estavam sós em 1964. Mas, tinham condições favoráveis para o uso da força a seu favor.

Importante salientar um ponto crucial para o êxito dos militares em 64 que é a união e fortificação enquanto instituição, que até então sofria com disparidades ideológicas em seu interior, em torno do discurso de defesa da Nação. As facções contrárias internamente acabaram se unindo apesar da não concordância metodológica. Desta forma, os militares mais radicais se aglutinaram ao general Costa e Silva, e os mais estratégicos ao marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Lembrando que uma instituição, do tamanho do Exército brasileiro, unida, possui muito poder na sociedade.

Muitos militares da época afirmam que se a orientação filosófico-ideológica das Forças Armadas fosse para a esquerda, estas defenderiam da mesma forma a linha de pensamento, somente o inimigo que mudaria de lado, o que importava era a segurança da Nação.

Atualmente é sabido que as contradições de pensamentos e ações dentro das Forças Armadas (a dita cisão interna) causou a expulsão e a prisão de muitos militares no momento seguinte ao golpe. Exemplo disso foi quando o general Kruel garantiu que o Exército Brasileiro jamais iria contra a Constituição Brasileira de 1946, e que defenderia os poderes constituídos, e quando o general Olympio Mourão Filho declarou que João Goulart, devido ao abuso do poder e de acordo com a Lei, fora deposto.

Mas o uso da força não para por aí neste período. No dia 7 de abril, os ministros militares ignoraram o "Ato Constitucional" dos líderes parlamentares, que limitavam o expurgo no serviço público em todos os níveis, e deram início à série de "Atos Institucionais". Foram decretados dezessete atos institucionais, e cento e quatro complementares a eles, durante o governo militar, que pela própria redação eram mandados cumprir, diminuindo assim as liberdades do cidadão.

Percebe-se que apesar de serem impostos os atos institucionais, os militares tentavam embasar suas ações em normas, ou seja, fazer uso do poder normatizado. Além disso, o governo da ditadura difundiu a ideia de que a intervenção militar impediu a implantação de um regime comunista no Brasil e utilizou-se desse argumento para justificar as suas ações arbitrárias e buscar legitimar seu poder.

A comunicação com a sociedade se dava de diversas maneiras. A população era massificada pela propaganda institucional e pela propaganda nos meios de comunicação, que ou eram amordaçados pela censura ou patrocinavam a ditadura com programas de televisão muito bem elaborados como: *Amaral Neto, o Repórter; Flávio Cavalcanti*, entre outros, com audiência de até dez milhões de telespectadores em horário nobre, número muito expressivo para a época. Havia muitos programas locais com farta publicidade também de cunho institucional, as maravilhas e a grandeza do país eram enaltecidas, *slogans* eram distribuídos fartamente em todos os meios de comunicação. Nesta época, foram liberados milhões de dólares a juros baixos para a montagem de centenas de canais de televisão e ampliação das grandes redes de alcance nacional. O ministério das Comunicações e a Delegacia Nacional de

Telecomunicações, Dentel, liberaram milhares de canais de rádio e de televisão, a fim de possibilitar a formação de uma rede nacional de telecomunicações de alcance continental.

A censura aos meios de comunicação era executada pelo Conselho Nacional de Telecomunicação, comandado pelo Serviço Nacional de Informações e pelo Departamento de Ordem Política e Social, proibiu toda e qualquer exibição em território nacional de filmes, reportagens, fotos, transmissão de rádio e televisão, que mostrassem tumultos em que se envolvessem estudantes. As apresentações na televisão exibiam um certificado contendo os dados da empresa de comunicações responsável rubricado pelos censores de plantão.

Porém o que explanamos até agora sobre o período pós 1964 deixa transparecer que o Exército não conseguiu impor sua vontade através do poder e sim pela força. Para Carvalho,

O movimento de 1964 representou a vitória final do tenentismo de Juarez Távora. Para usar expressão mais significativa do que centrismo, poderíamos caracterizar esse tenentismo como defensor da modernização pelo alto, ou da modernização conservadora, segundo a terminologia cunhada por Barrington Moore. A prova da modernização está no fato de que o Brasil saiu dos governos militares como um país capitalista, industrializado e urbano, com boa infraestrutura de energia, transporte e comunicação, muito distante daquele que os tenentes encontraram quando chegaram ao poder em 1930. A transformação foi conseguida graças a intensa atuação do Estado, sobretudo do governo federal. Juarez Távora teve participação direta em algumas mudanças, como as referentes à política mineral e do petróleo, além de ter contribuído para a formação do ideário da modernização conservadora quando no comando da Escola Superior de Guerra.

O lado conservador, a ação pelo alto, tem a ver com a maneira pela qual a mudança foi promovida. Além de ter sido promovida pelo Estado, ela buscou restringir a participação política quando esta parecia ameaçar os rumos traçados. A modernização conservadora exigia a quebra de poder da oligarquia rural, exigia o planejamento econômico, a industrialização, a urbanização. Mas exigia também a manutenção das premissas básicas da ordem liberal capitalista. Se era justificável subverter o sistema representativo que sustentava o regime oligárquico, o que foi feito em 1930, era igualmente justificável subverter o sistema representativo que dava guarita à ação de movimentos julgados ameaçadores da ordem liberal capitalista, o que foi feito em 1964 (CARVALHO, 2006, p. 130).

Nesse sentido a vinculação do Estado se dá através do uso da força e não do poder. Mas, por outro lado, há uma busca pelo poder junto a sociedade no uso de símbolos como o

civismo e o patriotismo bem como o serviço militar obrigatório que permitia ao Exército difundir suas ideias para o restante da sociedade através da formação da personalidade de seus membros que defendiam os ideais patrióticos e cidadãos objetivados pelo Exército.

Além disso, a educação também passou por reformas que forçavam as escolas a inclusão de disciplinas de moral e cívica em seu currículos. Para FILGUEIRAS,

Com a implantação e obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica, estabelecida através do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, antigos livros didáticos foram reestruturados e novos livros didáticos foram publicados a partir de 1970. A educação moral e cívica permaneceu no currículo oficial como disciplina escolar e prática educativa em todos os níveis de ensino por 24 anos, até 1993, quando foi revogada pela Lei nº 8.663. [...] Os livros de Educação Moral e Cívica participaram assim, da construção do currículo desta disciplina. A preocupação com a formação política dos cidadãos sempre foi pauta dos discursos educacionais brasileiros. As palavras moral e civismo estão presentes na memória das pessoas, principalmente pela história recente do nosso País - o contexto da Ditadura Militar - que implantou e tornou obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica (FILGUEIRAS, 2009, p. 3375).

Essas estratégias também funcionavam como vetores de aceleração do entendimento da vontade do Exército, por parte da sociedade civil. Ao mesmo tempo em que agia com o uso da força era facilmente entendido pela sociedade dado que esta já sabia as escolhas tomadas pelos militares, inscritas no modo de agir.

O uso da força, no entanto, foi se tornando mais frequente à medida que aumentavam as discordâncias do governo militar. Ao concentrar as decisões, os militares também perdiam poder político. O poder passou a se embasar cada vez mais na força. A instituição passou a correr risco de perder seu lugar na sociedade e se dissipar. Começou então, elaborar um plano de volta aos quartéis e reformulação de suas ações com vistas a recuperar seu poder político.

2.2. A transição para a democracia

A passagem para a redemocratização de forma pacífica se deu em grande parte pelo Exército não ter mais condições de manter o seu poder na forma em que se encontrava. Uma onda externa ao país carregava o discurso da democratização e fazia crescer internamente os movimentos em prol da democracia. Percebendo isto, a instituição tratou de planejar a devolução do governo às autoridades civis antes que perdesse mais poder político. Porém, ainda sob a tutela da posição em que se encontrava, organizou a passagem reservando mecanismos que lhe permitissem manter a vinculação junto à sociedade.

Primeiramente, o Exército fez uso do poder para influenciar a constituinte de 1988 e manter prerrogativas para no futuro continuar inserido na política do país, ou seja, aproveitando-se do momento de transição, no qual ainda fazia valer a forma de poder da ditadura e aproveitando-se da fraqueza do então presidente civil José Sarney, garantiu na constituição a forma de se manter politicamente ativo na sociedade para o próximo período.

Na transição para a democracia no Brasil o Exército se manteve atuante na arena política. A transição foi lenta e sempre sob a tutela dos militares, ou seja, o uso do poder permitia a vinculação do governo civil à instituição e a tomada das decisões tendo como premissa o discurso do Exército. Para D'Araujo e Castro (2008)

[...] o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, apresentava-se como o elemento que garantia a transição política e usava sua liderança militar para opinar em assuntos de política interna e externa do governo (D'Araujo e Castro, 2008, p. 13).

Um grande exemplo é o caráter híbrido do regime parlamentar-presidencialista, definido na constituição de 1988, que segundo Oliveira e Soares teve influência dos militares que explicitamente se mostravam contra o regime parlamentarista, defendido predominantemente pelos civis, em prol do presidencialismo. Nessa época, o Exército contava ainda, como base para o seu poder, com a lembrança das torturas e desaparecimentos

políticos, herdadas do regime militar, o que fazia os opositores preferir seguir a vontade dos militares à contrariá-los.

Além disso, a influência dos militares na constituinte de 88 não permitiu aos civis mudanças drásticas da função no novo regime. A continuidade das prerrogativas militares, no entanto, iria diminuir constitucionalmente com a consolidação da democracia. Era preciso se adaptar ao novo cenário.

Num primeiro momento, todavia, estabeleceu-se a manutenção de um papel político relevante do poder militar e as debilidades do governo Sarney conduziram à consolidação da tutela da Forças Armadas durante os primeiros e decisivos passos para a consolidação, devido às injunções do governo Sarney e ao déficit de apoio institucional ao seu governo no Congresso (D'ARAUJO E CASTRO, 2000, p101).

Ainda, pode-se considerar que a estratégia da transição se deu através de um projeto de distensão planejado intramuros no governo do general Ernesto Geisel, o que reforça a tese de que os militares fizeram a transição a sua maneira. Além disso, segundo D'Araujo e Castro existia uma “inorganicidade dos demais atores políticos que, por motivos diferenciados, não tiveram interesse – e mais ainda condições – de conduzir mais diretamente os primeiros passos da transição.”

Ainda, no período da transição, mais precisamente no primeiro governo civil de José Sarney, o ministro do Exército fez valer sua vontade, com ameaças e pressões contra o governo, a sociedade e o Congresso Nacional colocando-se como a garantia da transição política e assegurava ao presidente da República e ao sistema político o apoio ao mesmo tempo indispensável e condicional das Forças Armadas. Também, intrometeu-se na política externa durante a formação do Mercosul. Mas, o presidente José Sarney se submeteu às vontades do Exército por que não tinha como enfrentá-lo devido a sua fraqueza no meio político.

Mas, como já havia dito anteriormente, o papel do Exército na sociedade brasileira, estava mudando e era preciso se readaptar ao novo meio para manter o poder sob seu domínio. O direcionamento da evolução dado pelo Exército se constrói, então, sob o discurso

da segurança nacional, ou seja, esse é o novo sentido da existência da instituição. Assim, os militares encontram uma forma de se manter com o poder na medida que monopolizam o conhecimento das estratégias de defesa nacional que vincula as decisões políticas a pareceres técnicos e decisões tomadas pelo Exército. Stepan (1988) caracteriza essa situação como um elevado nível de prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários e entende-as como referidas

[...] àqueles espaços sobre os quais, existindo ou não contestação, os militares, como instituição, pressupõem que adquiram o direito ou privilégio, formal ou informal, de exercer um controle efetivo. Neste sentido, consideram-se no direito de controlar sua organização interna, de desempenhar um papel nas áreas extramilitares dentro do aparelho de Estado, ou mesmo de estruturar as relações entre o Estado e a sociedade política ou civil (STEPAN, 1988, p524).

Assim, os militares prepararam-se para a democracia de forma estratégica, já com o suporte da Constituição e mantendo a instituição forte internamente.

2.3. O Exército na democracia

Após a entrada na democracia, o Exército precisou reformular a maneira de agir e se inserir junto à sociedade. A maneira de se comunicar precisava ser revista. Porém, uma boa base já havia sido construída com a garantia de um espaço na sociedade adquirido na constituição. A primeira prova do aperfeiçoamento à democracia foi o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello e em seguida a assunção do governo de Itamar Franco que seguiu os parâmetros constitucionais, ou seja, sem a intervenção militar. Para D'Araujo e Castro (2000), o papel das Forças Armadas começou a mudar com a extinção do Serviço Nacional de Informações e o sucessor do Conselho de Segurança Nacional pelo presidente

Collor. Foi o fim do período que os militares se colocavam em função tutelar do governo e o início de um novo papel das Forças Armadas na democracia.

Porém, a adaptação ao novo papel demandava também mudanças internas, pois para manter o caráter de uma instituição forte precisava manter um sentido forte internamente, ou seja, a readaptação ao modelo democrático exigia novas estratégias de relacionamento com a sociedade civil abalado pelo regime ditatorial. Esse novo sentido se dá então, em torno do discurso da “segurança nacional”. O poder dos militares manteve-se, portanto, nos primeiros anos da democracia, devido a forma pela qual se engendrou a transição no Brasil que permitiu a permanência da autonomia, que se refere à capacidade de interpretar as questões de defesa nacional e, a partir de determinadas conclusões, de emitir, não só pareceres técnicos, mas articular planos de ação à revelia do poder político.

Além disso, para buscar a confiança da sociedade, o Exército, embora com cautela, abriu espaço para as questões de tortura e desaparecidos políticos. A vinculação da sociedade às vontades dos militares precisava ser retomada o mais rápido possível, pois o poder já não podia mais ser usado da mesma forma que na ditadura e a falta de investimentos na instituição por parte do governo havia diminuído muito. Principalmente, por ter o Congresso Nacional, adquirido maior responsabilidade na constituição de 1988, sobre o orçamento geral da União, é que os militares precisavam rever suas ações em prol de influência no Congresso. Mas, com o fortalecimento partidário, os partidos tendem cada vez mais a prescindir do apoio militar como indispensável para o prosseguimento ordenado da vida política do país. Assim, os militares conseguem manter os civis subordinados ao seu poder político.

Para D’Araujo e Castro (2000), “na vigência da Constituição de 1988, a representação política da nação reconhece a necessidade histórica e militar das Forças Armadas, mas o Poder Legislativo pouco se ocupa de tudo que diga respeito ao aparelho militar e à defesa nacional”. Dessa maneira, os militares mantêm o monopólio do conhecimento sobre os assuntos a que se reportam. O que acontece, resumidamente, é que o desenvolvimento do país depende das condições de defesa externa e do controle interno, exatamente a área de monopólio do Exército. Além disso, há uma despreocupação no meio político em relação a este assunto, referindo-se em determinados momentos como “coisa de milico”.

O poder político do Exército aumenta quando busca a legitimidade dele. Essa legitimidade surge quando há um consenso nas decisões tomadas. Esse consenso pode ser igualado à elaboração de uma simetria na eleição de alternativas mais e menos prováveis, ou

seja, o consenso está na eleição de alternativas entre o poderoso e o subalterno ao poder, que se identificam quanto à ordem de prioridade. O que o poderoso elegeu como prioritário, é também a opção do subalterno. Assim, havendo um consenso entre os dois, se dá a legitimidade do poder utilizado pelo todo poderoso. O Exército mostra a legitimidade do seu poder quando demonstra estar em conformidade com a vontade da população. Uma instituição com um bom índice de opinião pública.

Veremos agora algumas ações que possibilitam a aproximação com a sociedade e consequente alinhamento das vontades. O Exército desenvolve vários programas de integração com a sociedade em diversas áreas. Podemos elencar algumas, para contextualizar a discussão. Na área da educação o Exército dispõem de colégios que são considerados os melhores do Brasil. Muito disputados por alunos também civis, proporcionam uma educação de qualidade obtendo prestígio nessa área de constantes questionamentos da população.

Outra importante área estratégica está nos esportes. Ao apoiar o programa do governo federal “Força no Esporte” o Exército abre as portas dos seus quartéis para jovens, principalmente aqueles em estado de vulnerabilidade social, que cumprem um programa pedagogicamente elaborado, em consonância com suas individualidades biológicas e regionais. O projeto promoverá, através da iniciação desportiva, ações direcionadas à assistência social, melhoria das condições de saúde e qualidade de vida e prevenção à criminalidade.

Essas duas formas de aproximação da sociedade já estão direcionadas com visão para o futuro, pois o trabalho é desenvolvido com crianças que levarão consigo a consciência das vontades militares. Além destas, existem outras formas de aproximação, calcadas na própria lei, na área da segurança interna. Fazendo as vezes da polícia, os militares planejam operações nas fronteiras, com o objetivo de impedir a entrada de ilícitos que prejudicam a população. Durante essas operações, a população é questionada sobre sua opinião. Assim, é possível saber se suas ações, além de serem legais, são legítimas também.

Partindo dessa informação recebida o Exército pode usar seu poder político para atingir seus objetivos, como é o caso da inclusão, por parte do governo da presidente Dilma Rousseff, de projetos militares no Programa de Aceleração do Crescimento. Esse apoio possibilitará o desenvolvimento das Forças Armadas e reaparelhamento de seus quartéis.

A concretização desse objetivo contou também com a representação no governo pelo Ministro da Defesa Celso Amorim. Em uma entrevista à rede Record de televisão no dia 22 de outubro de 2012, o ministro fala do “Livro Branco” da defesa nacional. Neste livro são expostos os objetivos futuros das Forças Armadas e que necessitam de investimentos. Ele foi enviado à presidente da república e aprovado por ela e passado para o Congresso Nacional.

Nas palavras de Celso Amorim sobre o “Livro Branco” da defesa nacional na entrevista a rede Record, ele confirma o apoio da presidente Dilma a qual diz que o Brasil necessitará de adequada capacidade militar dissuasória para o futuro. O Brasil não possui inimigos mas é a sexta economia do mundo, dono de recursos naturais cobiçados, petróleo, água doce, etc. que podem se tornar alvo de outros países futuramente. Dissuasão é dizer para os cobiçadores que se eles vierem, terá um custo. “Quando se é ‘o menino novo no bairro’ precisamos ter mais alguma coisa para nos defender que não só a palavra” diz Amorim ao se referir a nova condição do Brasil no contexto mundial. Para ele, a readaptação dos militares na contemporaneidade se dá também na diplomacia das Forças Armadas. E completa que os militares já estão nesse caminho. Assim, percebemos a evolução do Exército alinhando-se com a vontade da sociedade.

Não se poder discordar que em um mundo complexo, ou seja, onde não há mais dois polos e sim vários polos alguém se interesse pelo Brasil. “Isso implica em proteção” diz o ministro. O “Livro Branco” reflete o novo mundo da multipolaridade.

Amorim também ressalta que a cooperação é a melhor dissuasão, referindo-se a busca pela colaboração entre as Forças Armadas do Mercado Comum do Sul MERCOSUL. Isso pode ser exemplificado pela operação Fronteira Sul, na qual Brasil e Argentina adestram seus militares conjuntamente.

Sobre o “Livro Branco” ainda, o objetivo é aumentar em 20% o efetivo militar. Isso tornaria a instituição ainda maior e lhe daria mais poder. Hoje são 339000 homens. A aplicação de 1,5 % do PIB é contestada no sentido de ser muito pouco em relação aos estrangeiros como os EUA que aplicam até 4% do PIB. O ministro diz “Para atingirmos um aumento, o governo precisa entender que é uma vontade da sociedade. A sociedade precisa entender que a defesa é tão importante quanto a saúde e educação, por que a defesa é para isso, é para garantir que essas coisas ocorram dentro do país”.

Além disso, outra forma de aproximação da sociedade e legitimidade das ações está na reverência à história do Exército. Nela os militares encontram muitas justificativas para as ações presentes e elaboração de estratégias futuras. Na história é possível mostrar a integração da Força com a comunidade. Isto é muito ressaltado no nível local, onde se constrói o vínculo com a população. Em São Borja, por exemplo, durante a Guerra do Paraguai o Exército, através de um grupo de militares designados “Voluntários da Pátria” defendeu a população local dos paraguaios que atravessavam a fronteira com o objetivo de saquear a cidade.

2.4. A renovação do poder

Depois da exposição do desenvolvimento do poder durante a ditadura e na democratização, analisaremos agora esses dois períodos sob a teoria de Luhmann. Na teoria vimos que um sistema é definido pela fronteira entre ele mesmo e o ambiente, separando-o de um exterior infinitamente complexo. O interior do sistema é uma zona de redução de complexidade: a comunicação no interior do sistema opera selecionando apenas uma quantidade limitada de informação disponível no exterior. O critério pelo qual a informação é selecionada e processada é o sentido, ou seja, quando o sistema recebe uma informação ela vem dotada de um significado original que é descartado e dentro do sistema é dado um novo. O sistema vê a informação a sua maneira.

Assim, podemos dizer que o Exército é um sistema social porque utiliza a comunicação como estrutura de sua existência. Essa comunicação ocorre interna e externamente. Internamente, embora seja um sistema complexo, a comunicação se estrutura de maneira que a instituição se fortaleça em um mesmo sentido. Como Carvalho contribuiu, por ser considerada uma instituição total, exige de seus integrantes uma identidade forte. Externamente, a comunicação se dá através do contato com os outros sistemas de forma a manter uma vinculação. Isso se comprova em seu sentido, que é diferente do restante da sociedade e por diversas vezes serve como exemplo a ser seguido. Ao se mostrar uma instituição forte, o Exército automaticamente cria condições para o surgimento do poder.

Importante lembrarmos que o poder em Luhmann, é um meio que auxilia a comunicação, pois em sociedades complexas a transmissão e a compreensão de informações

se torna mais difícil, isto é, a contingência em uma comunicação se torna maior. O poder permite que um sistema transmita uma informação e que ela seja entendida pelo destinatário com o sentido inicial. Além disso, a informação representa uma escolha, uma seleção já feita pelo poderoso. Esta seleção será levada em consideração para uma decisão futura tomada pelo subalterno ao poder. O Exército demonstra esse poder na ditadura, já no início com a decisão tomada em relação ao golpe e consequente apoio de uma boa parcela da sociedade.

No entanto, o poder político não se mostra eficiente em relação aos grupos contrários a essa ação. Isso se comprova devido aos militares necessitarem do uso da força para vincular esses grupos à sua vontade. Um fator de fortalecimento do poder está na própria natureza dos militares que tem o domínio das armas. Luhmann diz que um importante pressuposto do poder político é o uso de ameaças de uso da força, mas somente como ameaça. Na ditadura, as armas foram constantemente utilizadas na vinculação da sociedade.

Além disso, o autor diz que a sociedade é infinitamente complexa dado o número de alternativas a escolher e que, quando alguém usa a força, a complexidade se concentra nele, já que a liberdade de escolha do outro foi suprimida. A pressão da escolha, então, recai sobre o poderoso e a redução da complexidade se desfaz, ou seja, ao tomar uma decisão que diz respeito somente a si, o poderoso escolhe dentre as alternativas aquela que diz respeito ao seu sentido, a sua maneira de interpretar, mas quando obriga alguém à sua vontade, concentra em si também, a complexidade do outro. A pressão aumenta. Isso acontece com os militares a medida que foram concentrando em si as decisões e suprimindo a liberdade de expressão do restante da sociedade. A pressão começou a aumentar cada vez mais e o uso da força também.

Mas, para Luhmann com a evolução da sociedade os sistemas e o poder precisam se readaptar sob pena de ruir. Foi exatamente isto que o Exército procurou fazer. No entanto, aproveitando-se da condição em que se encontravam, ou seja, no domínio do poder político, conduziram a evolução para um novo regime, à sua maneira. A vinculação da sociedade permitiu isto. À sua maneira por que o planejamento foi feito intramuros dos quartéis.

Assim, durante a ditadura o Exército fez um maior uso do poder político para vincular a sociedade e dar o seu sentido ao interpretar a conjuntura do governo, no seu início. Com o passar do tempo, devido ao uso desmedido da força, passou a acumular uma pressão muito maior. Então começou um processo de recuperação do poder político e reestruturação interna para a nova conjuntura.

Por volta dos anos 1980, uma onda de redemocratização começou a correr o mundo e internamente começou a se intensificar os movimentos em prol da democracia. Um importante pressuposto do poder político em Luhmann é o alinhamento de alternativas em uma ordem de preferência entre os interlocutores de uma comunicação. Isso gera consenso, fator imprescindível para legitimar o poder político. Precisando recuperar seu poder junto à sociedade, o Exército buscou alinhar sua vontade com as do povo. O planejamento e retorno a democracia foi usado nisso. Além da busca pelo alinhamento junto a sociedade, os militares necessitariam manter legal também a sua existência e isso se concretizou na constituição de 1988 em seu artigo 142 o qual estabelece a função das Forças Armadas na democracia. Nesse momento, os militares usaram novamente seu poder para influenciar os constituintes, que queriam dar a função apenas de defesa externa, para manterem-se ativos também internamente. Isso foi possível com a responsabilização dos militares também, pela defesa da lei e da ordem dentro do território nacional.

Já na democracia o sistema militar reestruturou-se internamente preparando-se para a nova função. Evitando ao máximo o uso da força física e as intromissões na arena decisória de maneira ilegítima, sem serem solicitados, os militares ficaram aquém do envolvimento no *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. A ascensão de Itamar Franco ao governo, também ocorreu de acordo com a constituição. Isso demonstra a reedição da maneira de vincular a sociedade a sua vontade, não mais se portando como árbitro do governo.

O poder nesse momento também sofre alteração dando um novo significado ao papel político do Exército na sociedade brasileira. As estratégias de poder tomavam um novo rumo devido a nova conjuntura, ou seja, o meio ambiente se apresenta de uma nova maneira. Para Luhmann, a forma de usar o poder precisa seguir a evolução da sociedade sob pena de passar a pertencer a outro interlocutor.

O Exército passou então a trabalhar de outra maneira a sua vinculação com a sociedade, de forma a se manter com poder político. Buscando o alinhamento com a vontade da população, os militares desenvolveram várias estratégias de poder inscritos em programas e ações em conjunto com a sociedade, para buscar junto ao governo apoio ao seus objetivos. Um importante instrumento de fortificação do poder é o apoio da população, principalmente na democracia.

Esse apoio da população é construído quando se abrem as portas dos quartéis para o público civil e no tratamento dele. No interior dos quartéis, é frequentemente recomendado

aos integrantes para que tenham cuidado com a imagem da instituição. Assim, os militares são sempre exemplo de conduta no meio civil. Trabalha-se um estreitamento das relações entre o sistema militar e o seu meio ambiente, o que facilita a vinculação.

Outra estratégia importante dos militares é a manutenção do monopólio do conhecimento das estratégias na área de defesa do Brasil. Muito bem exposto por D'Araujo e Castro, isso se facilita pela falta de interesse dos civis por este assunto. Raramente se ouve candidatos falar em seus discursos sobre a defesa. Isso não traz votos. No entanto, para manter seu desenvolvimento, embora o Brasil viva em uma democracia e não possua inimigos externos, a preservação das Forças Armadas se faz importante. Afinal, na teoria do poder de Luhmann, isso serve como ameaça para expor uma vontade e ser seguida. Percebemos que a teoria do poder serve para várias situações em diversos níveis.

Através então do alinhamento com a sociedade, o Exército vincula as vontades da população de forma que entram em consenso sobre seu futuro e ganhe espaço nas decisões do governo. Além disso, conta com o monopólio do conhecimento das estratégias de defesa, importantes para o desenvolvimento do país. Prova da vinculação do governo à vontade dos militares, que transpareciam o objetivo de reaparelhamento da instituição, os projetos apresentados à presidente Dilma Roussef foram incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento. A aprovação pela presidente também, do chamado “Livro Branco” da defesa é outro exemplo da eficiência do poder dos militares.

Enfim, esses exemplos citados deixam claro que os militares aperfeiçoaram e renovaram seu poder de maneira a vincular o governo e a sociedade para seguir suas escolhas. O poder se fortalece no momento em que sua vontade é levada em consideração para a tomada de decisão do governo sem que aja pressão ou pelo uso da força. A força somente é usada neste caso como uma alternativa a ser evitada. Nos dias atuais, essa alternativa ainda é apresentada, como uma demonstração de força nos desfiles e comemorações, onde as Forças Armadas demonstram um poder que jamais poderia ser enfrentado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que as questões trabalhadas permitem dizer que houve uma renovação do poder político do Exército na democracia em comparação com o período anterior, na ditadura. A teoria de Luhmann permitiu explicar como o poder se construiu no Exército desde 1964 aos dias atuais. Considerando o sistema militar um sistema social que se relaciona com o restante da sociedade através da comunicação, foi possível verificar a forma de utilização do poder como um meio de comunicação que auxiliou a transmissão das seleções do Exército para o seu meio ambiente. Além disso, verificamos a renovação da maneira de utilizar o poder em seu favor na trajetória histórica estudada.

A comparação entre o período da ditadura e a democracia permite a ilustração de dois momentos em que o papel político do Exército se apresenta de forma distinta. Na ditadura, a estratégia para vincular o meio ambiente às suas decisões estava embasada no uso da força, o que para Luhmann enfraquece o poder político. Na democracia, a estratégia muda para uma forma de aproximação com a sociedade mais amigável, correspondente aos pressupostos democráticos.

Na ditadura, a estratégia do uso da força promovia cada vez mais o dissenso entre a instituição e a sociedade. As ações sob o uso da força se encarregavam disso. A dissolução do Congresso Nacional provocou muitas críticas por uma parcela considerável da sociedade que discordava da decisão. Além disso, a instauração dos Atos Institucionais, também enfraqueceram muito o poder dos militares, pois foi uma ação tomada por iniciativa destes sem considerar a vontade da população. Para Luhmann, importante aspecto de fortalecimento do poder político é exatamente o contrário. É a busca do apoio da população.

Aqui se evidenciou a falta de outro importante requisito do poder que é a sua legitimação. Essa legitimação se dá, entre outras formas, na história, ou seja, o Exército poderia justificar seus atos em ações passadas. No entanto, o uso da força por um tempo mais longo, não tinha ocorrido até o momento. Assim como a direção do governo, também não.

Além da história, a legitimação se constrói, para Luhmann, no consenso, que em nosso caso se dá por um alinhamento de vontades construídas a partir da exposição de uma relação de alternativas dispostas em ordem de preferências. Os militares deveriam se portar de formas

que suas decisões fossem ao encontro da vontade da sociedade no momento. Isso não se verificou no período da ditadura. Sendo assim, com o passar do tempo as decisões foram centralizando-se nas mãos dos militares e em consequência o poder político foi enfraquecendo.

No decorrer da trajetória, mais acentuadamente a partir de 1980, iniciou-se dentro da instituição militar, uma atualização das estratégias para reestabelecer seu poder. A primeira ação foi devolver o governo aos civis e encontrar novas formas de inserção na sociedade. O planejamento foi feito intramuros estrategicamente para manter seu papel legítimo. Aproveitando-se da vinculação ainda mantida com autoridades civis, conseguiu o suporte legal para futuras ações na democracia, no Artigo 142 da Constituição Federal. Assim se deu a transição para a democracia.

Embora os militares estivessem fora da arena decisória a partir de 1985, entraram na democracia mantendo um bom nível de influência no governo. Seu poder político começou a se fortalecer em ações que demonstravam estar condizentes com a vontade da sociedade. Buscavam um consenso, estruturador da legitimidade segundo Luhmann. O *impeachment* de Collor e a assunção de Ytamar, ocorridos com suporte na lei, sem intromissão das Forças Armadas, é um bom exemplo disso.

Na democracia, os militares buscaram o alinhamento com as perspectivas da sociedade com estratégias de aproximação e buscando servir de exemplo de conduta para seu meio ambiente. Isso não só fortaleceu seu poder político como possibilitou seu uso para vincular algumas instituições de forma a conseguir realizar seus objetivos. O exemplo mais claro é a inclusão de projetos militares no Programa de Aceleração do Crescimento do governo Dilma sem usar a força.

Além disso, já se tem aprovado pela presidente, um projeto de reestruturação e reaparelhamento da Força, através da formulação do “Livro Branco” da defesa nacional apresentado pelo Ministro da Defesa Celso Amorim. Nele contém uma previsão para ações até 2030. Isto demonstra a preparação do suporte legal para uso do poder no futuro.

Sendo assim, encontramos suporte em Luhmann, para dizer que o papel político do Exército assumiu um novo significado no Brasil atual, pois a forma de inserção na sociedade brasileira não se dá mais sob o uso da força. Esta só é utilizada como uma ameaça, uma alternativa a ser evitada pelo subordinado ao poder. Os objetivos dos militares agora são

atingidos através da vinculação do governo com o uso do poder político legitimado pelo apoio da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

BECHMANN, Gotthard & STEHR, Nico. Niklas Luhmann. **Revista de Sociologia da USP**, p 185-200, novembro 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

DREIFUSS, René Armand. **O jogo da direita**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

D'ARAUJO, Maria Celina. CASTRO, Celso. **Democracia e Forças Armadas no cone sul**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **O livro didático de Educação Moral e Cívica na ditadura de 1964: a construção de uma disciplina**. Monografia apresentada a Universidade Católica de São Paulo em 2009. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/302JulianaMirandaFilgueiras.pdf>. Último acesso em: 26/04/2013.

LUHMANN, Niklas. **Poder**. Tradução: Martine Creusot de Rezende Martins. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

LUHMANN, Niklas. **Legitimação pelo procedimento**. Tradução: Maria da Conceição. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

NOGUEIRA, Octaciano. **Introdução à Ciência Política**. 2 ed. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2010.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. Soares, Samuel Alves. **Forças Armadas, direção política e formato institucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto. A comunicação do poder em Niklas Luhmann. **Revista brasileira de estudos políticos**, v. 97, p 153-178, jan./jun. 2008.

STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.